

Dívida pública em dólar tem queda recorde

Valor dos títulos ligados à variação cambial caiu R\$ 110,8 bilhões nos 18 meses da era Lula

ADRIANA FERNANDES
e RENATO ANDRADE

BRASÍLIA – O governo Lula conseguiu, em seus primeiros 18 meses, reduzir em R\$ 110,8 bilhões a dívida pública interna vinculada ao câmbio. Em junho, a exposição da dívida ao risco cambial chegou ao nível mais baixo da série histórica de dados do Tesouro Nacional e do Banco Central (BC), com 15,79% do total. Para julho, o BC prevê queda para 14%. A expectativa é que chegue a 13% no fim do ano. A queda mostra menor vulnerabilidade das contas públicas ao aumento das cotações do dólar.

A dívida cambial, formada por títulos e contratos ligados ao dólar mantidos pelo BC, chamados de operações de swap cambial, caiu de R\$ 230,5 bilhões, em janeiro de 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo, para R\$ 119,7 bilhões em junho.

Os dados, divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda, mostram ainda que a dívida mobiliária total, que inclui títulos atrelados a outros indexadores, fechou o mês em R\$ 758,19 bilhões, um aumento de 1,31% em relação a maio.

Nesse ano e meio do governo, a redução da exposição cambial ocorreu paulatinamente, com o resgate dos títulos cambiais e contratos de swap, que não vêm sendo renovados, e também com a valorização do real ante o dólar.

EM JUNHO,
DÉBITO TOTAL
CRESCER
1,31%

“A redução do passivo cambial é uma meta que continua sendo buscada”, disse o chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do BC, Sérgio Goldenstein. Desde janeiro, o BC refinanciou só 4,3% dos títulos e contratos de swap vencidos. Com essa baixa rolagem, o governo resgatou US\$ 22 bilhões nesses sete meses. Esse valor supera os US\$ 19,1 bilhões resgatados em 2003. Segundo Goldenstein, a redução da exposição da dívida à variação cambial tem contribuído para melhorar a percepção de risco da economia brasileira pelos investidores internacionais e agências de classificação de risco.

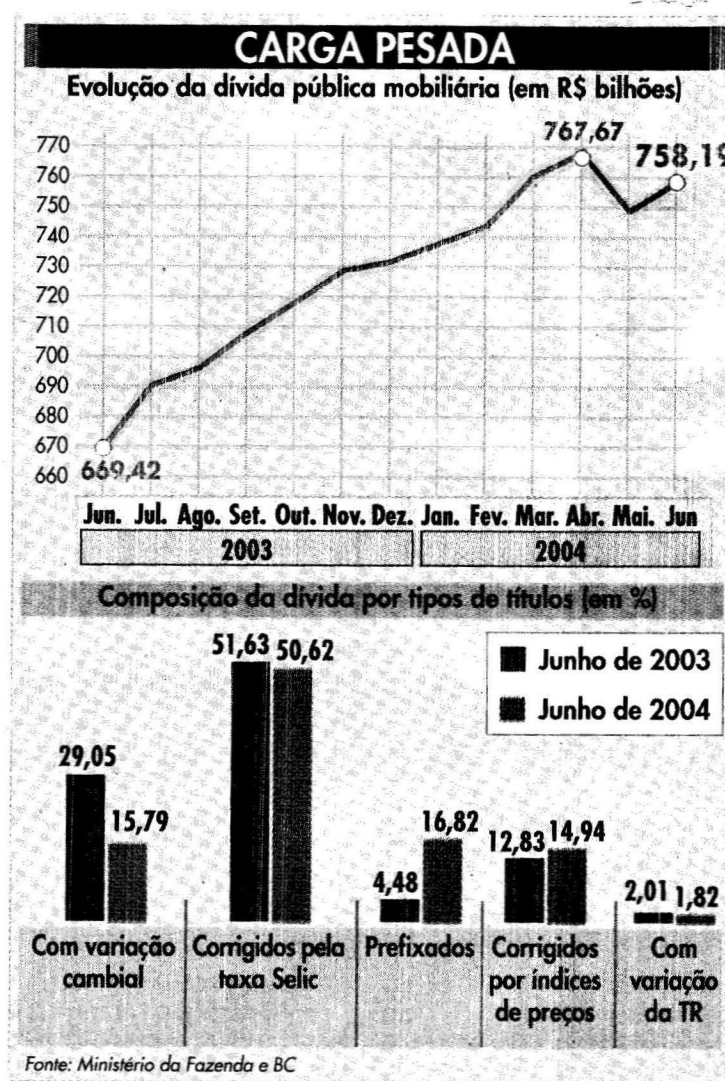
O chefe do Demab lembrou que a exposição cambial chegou a 40% da dívida total em setembro de 2002 e estava em 37% no início de 2003. Naquele

período, as dúvidas sobre o futuro do País, em razão das eleições, fizeram com que o dólar chegasse a R\$ 4,00, com impacto direto na dívida. “A redução da exposição cambial é indicador sempre bem visto pelas agências de avaliação de risco”,

destacou o coordenador-geral de administração da dívida pública, Paulo Valle.

Em junho, apesar do aumento do endividamento global, o perfil da dívida melhorou, não apenas devido à redução da exposição cambial, mas também por causa do aumento da participação de títulos prefixados, que subiu de 16,37% para 16,82% do total. Esse também é considerado um bom indicador pelos analistas porque a maior quantidade de papéis prefixados reduz a vulnerabilidade da dívida a variações bruscas de taxa de juros em momentos de turbulência no mercado.

De maio para junho, o esto-



que de títulos prefixados subiu de R\$ 122,52 bilhões para R\$ 127,55 bilhões. O aumento decorre da emissão líquida de R\$ 3,3 bilhões de títulos prefixados no mês passado, quando o mercado financeiro voltou a demandar esse papel, depois da volatilidade de abril e maio.

A emissão total de títulos públicos em junho superou os resgates em apenas R\$ 288 milhões. Devido a essa baixa emissão de títulos e à valorização de 0,69% do real ante o dólar, o aumento de 1,31% da dívida foi basicamente associado ao “crescimento vegetativo”, que ocorre com a incorporação dos juros ao estoque de títulos.

Segundo Goldenstein, pelo tamanho da dívida, é natural que a cada mês o estoque aumente cerca de R\$ 9 bilhões em decorrência das despesas com juros. “Mas essa é uma conta de padeiro”, alegou.

O prazo médio da dívida caiu levemente em junho, para 29,84 meses, ante 30,2 meses em maio. Isso reflete a retomada das emissões de papéis prefixados (LTN) de curto prazo e contribuiu para que a parcela dessa dívida aumentasse. Dos R\$ 758,19 bilhões que o governo deve, 42,28% vencerão nos próximos 12 meses. Em maio, os títulos de curto prazo respondiam por 41,83% do total.